

INTERLEGIS **BRASIL**

Por um Legislativo moderno e integrado

Eleições 2012: a corrida começou

Justiça Eleitoral já publicou a norma geral para o pleito.
Políticos e eleitores devem ficar atentos aos prazos.

Pág. 4

**Inscrições
abertas para
4ª etapa 2011
dos cursos a
distância**

Pág. 2

**Casas
legislativas
investem mais
no diálogo com
o cidadão**

Pág. 3

**Encontro
legislativo vai
comemorar dez
anos de SAPL
em Catanduva**

Pág. 2

Interlegis e BID acertam novas ações

Em reunião administrativa, os parceiros avaliam e planejam expansão do programa

Diretores do Interlegis e representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) se reuniram em Brasília, no dia 9, para uma análise pormenorizada da evolução do cumprimento das metas do programa. Também foi traçado um planejamento para as ações de integração e modernização do Poder Legislativo brasileiro.

Participaram da reunião, pelo BID, o coordenador do contrato com o Interlegis, Dino Capriolo, e a analista de operações sênior, Kátia Sousa. Os diretores Haroldo Tajra, Mariângela Cascão, Francisco Biondo, Cláudio Cavalcante, João Marcelo Novais e os assessores Raimundo Júnior e Mateus Sant'Anna representaram o Interlegis.

Os quatro pilares do Programa de Modernização do Legislativo – informação, comunicação, capacitação e tecnologia – foram reafirmados como alicerces das estratégias a serem compartilhadas com os membros da comunidade legislativa.



Kátia Souza (E) e Dino Capriolo, do BID, durante reunião com os diretores do Interlegis Mariângela Cascão e Haroldo Tajra (D), em Brasília

Em relação à informação, já está definido todo o cronograma para a elaboração dos Censos do Legislativo e do Legislador. A previsão é que já sejam divulgados os primeiros resultados em outubro do ano que vem. Outra ação ressaltada foi a consultoria aos legisladores e servidores para a revisão de regi-

mentos internos e leis orgânicas municipais.

Na área de comunicação, estão programados vários encontros para atendimento às casas conveniadas no que diz respeito ao aprimoramento da capacidade de implantar e manter ferramentas que possibilitem o diálogo do Legislativo com a comunidade.

A capacitação tem sido bastante trabalhada, com a consolidação do Sistema Saberes, o braço do Interlegis no ensino a distância. Para incrementar o setor, serão contratados consultores especializados no treinamento do pessoal legislativo.

Outro foco das ações do programa, o desenvolvimento de

aplicativos e outros instrumentos tecnológicos que auxiliem a gestão das casas legislativas também terá atenção maior.

Os participantes da reunião decidiram ainda aumentar a capacidade de hospedagem de bases de dados das câmaras conveniadas no servidor do Interlegis.

A primeira década de um caso exemplar

O Interlegis realiza em 29 de setembro um encontro legislativo especial para comemorar os 10 anos de uso do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) pela Câmara Municipal de Catanduva, a segunda maior cidade do noroeste paulista.

Pioneira, a Casa usufrui desde 2001 da ferramenta que torna mais eficiente e transparente o acompanhamento do processo de produção de leis, além de participar ativamente do aprimoramento do produto. Muitas das funcionalidades do SAPL foram criadas por profissionais da Câmara de Catanduva e disseminadas pelo Interlegis para as demais.

Por isso, o exemplo de lá é apresentado como um caso de sucesso nos encontros do Interlegis em todo o país.

O coordenador de informática, Luciano De Fázio, é um dos palestrantes mais presentes nos eventos. Ele lembra que, na época, consultou o Programa para melhorar a gestão do fluxo de informações legislativas, e encontrou no SAPL o instrumento que precisava.

Em Catanduva, De Fázio vai relatar essa experiência, ao lado do representante do Interlegis em Recife, Ricardo Ferraz, e dos consultores Jayme Santiago e Luciano Gomes.

Congresso recebe mais de 180 mil visitas por ano

O Senado e a Câmara dos Deputados oferecem um programa de visitas guiadas ao Palácio do Congresso. A iniciativa ajuda a esclarecer o cidadão sobre o funcionamento das duas casas, mostra as obras de arte que se encontram nos edifícios e aspectos históricos relacionados ao Poder Legislativo brasileiro.

A Secretaria de Relações Públicas do Senado registrou 181.618 visitantes no ano passado, sendo 6.837 estrangeiros. Os grupos são conduzidos por uma equipe de monitores das duas Casas legislativas e percorrem um roteiro pelos pontos principais do Congresso.

Para visitantes individuais ou pequenos grupos não é necessário agendamento prévio. Chegando ao Salão Negro, basta esperar o início da próxima visita guiada.

Vinícius Rezende, dentista, e Ellen Folha, protética, de Santos

(SP), visitavam Brasília com o filho Pedro, de dois anos, e foram ao Congresso no dia 12. O casal ficou bem impressionado com a arquitetura, e ressaltou a importância da orientação para os visitantes.

– Conhecer o Congresso ajuda a termos uma visão melhor para escolhermos os nossos representantes – disse Vinícius.

As visitas monitoradas são gratuitas e acontecem todos os dias, inclusive aos domingos e feriados, das 9h30 às 17h, sem interrupções, com saídas de grupos a cada 30 minutos, a partir do Salão Negro.

Para mais informações, o interessado pode enviar mensagem para visite@senado.gov.br ou ligar para (61) 3303-4671 e 3303-1581, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. Aos sábados, domingos e feriados, informações pelo telefone (61) 3216-1768, das 9h30 às 17h.



O dentista Vinícius Rezende, com a mulher, Ellen, e o filho, Pedro, de Santos (SP), visitam o Congresso

Inscrições abertas para novos cursos a distância

As inscrições para a quarta etapa dos cursos a distância já estão abertas e vão até 10 de outubro. Serão 12 cursos (veja quadro abaixo), de 17 de outubro a 25 de novembro.

Mais de 3 mil inscritos participam da terceira etapa, cuja aula inaugural ocorreu no dia 29 de agosto. O evento foi aberto a todo o público envolvido pela tecnologia de *videostreaming*, com as orientações sobre o funcionamento e a metodologia dos 14 cursos oferecidos.

Quem perdeu a oportunidade de assisti-lo ao vivo pode fazê-lo pelo portal do sistema Saberes, responsável pela área de capacitação do Interlegis. O interessado vai saber, por exemplo, que os cursos contam com um professor especialista e são acompanhados o tempo todo por um tutor. Eles terminam em 30 de setembro.

Neste ano, já passaram pelos cursos a distância do Interlegis cerca de 7.300 servidores legislativos e parlamentares de todo o país.

Cursos da 4ª etapa Saberes 2011

- Br Office Calc - Planilha Eletrônica
- Busca da Qualidade
- Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal
- Direito Administrativo para Gestores de Contratos
- Licitações e Contratos
- Noções Básicas de Administração

- Organização de Gabinete Parlamentar
- Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal
- Tutoria no Ensino a Distância
- Gestão de Convênios
- Novo Acordo Ortográfico
- Licitações e Contratos

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo – Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis:
Senador Cícero Lucena

Secretaria Especial do Interlegis

Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, José Dantas e Ricardo Ramos

Editores responsáveis: Letícia Borges e Luiz Carlos Santana de Freitas
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
Estagiárias de jornalismo: Ana Sonaly, Letícia Pires e Tâmara Monteiro
Projeto Gráfico, arte e diagramação:
Bruno Sartório, Cássio Costa, Cláudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep/Senado Federal

Capa: fragmento da fachada da sede do Interlegis/Brasília

Via N2 Anexo E – 2º andar – Senado Federal – CEP 70165-900 – Tel.: (61) 3303-1049

Pelo país

Adesão feita em dia de fúria

Por Pillar Pedreira, servidora do Interlegis

A Câmara estava tomada por gente gritando palavras de ordem. A polícia se posicionava para impedir qualquer manifestação violenta. Achei que não teria como fazer o trabalho, mas o subdiretor-geral (servidor responsável por quase tudo na Câmara) fez questão de nos receber. Ele pediu para aguardarmos numa sala, onde toda aquela confusão não chegaria.

Naquele dia, haveria a votação de uma lei que multaria os transportes “alternativos”. Os vereadores ainda não tinham entrado em consenso e os envolvidos estavam muito agitados. Quando o presidente da Casa se reuniu com os que seriam penalizados, os demais interessados – taxistas e mototaxistas – começaram uma grande pressão do lado de fora, para mostrar o descontentamento com um possível acordo. Os “alternativos” pediam a liberação de licenças para o transporte e os licenciados pediam multas exorbitantes para abolir o transporte irregular.

De tempos em tempos o servidor vinha até nós para dar continuidade ao diagnóstico, mas sempre era chamado de volta. De repente tudo ficou calmo e ele entrou na sala dizendo que conseguiríamos terminar. Faltando apenas algumas questões, o telefone dele tocou e ele com seriedade falou que precisaria chamar a polícia de novo, porque os manifestantes estavam voltando.

Fiquei olhando para ele sem reação. Tomei fôlego e perguntei se não seria melhor voltar outro dia, mas ele disse que não. “Demorei para conseguir essa oportunidade de assinarmos o convênio com o Interlegis e começarmos, logo, a parceria. Vamos fazer isso hoje”, disse. E saiu, mais uma vez. Quando retornou já havia organizado tudo. Terminamos as questões do questionário com servidores das outras áreas e tiramos as fotos da estrutura da Casa. Após conversar com os representantes da manifestação, o presidente nos recebeu para assinar o convênio e o termo de adesão. No final, deu tudo certo!

Parlamento transparente: da TV às redes sociais

Interlocução direta do Legislativo com os cidadãos reduz dependência do Parlamento em relação à mídia comercial e ao Poder Executivo

Até o início da década de 1990, o Legislativo brasileiro sempre dependeu da mídia privada ou dos veículos do Executivo para apresentar à sociedade o debate político na principal arena da democracia representativa. Segundo o pesquisador brasileiro Mauro Porto, da Universidade de Tulane (EUA), apesar de gerar decisões que afetam a vida de todos, as informações, na maioria das vezes, chegam ao cidadão de forma incompleta, enviesada e, até, mal intencionada. O Parlamento é o alvo predileto do criticismo da imprensa comercial, afirma o professor.

O presidente do Congresso Nacional, José Sarney, já em 2001, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, destacou a importância de o agente político interagir com a opinião pública, considerada por ele “o novo interlocutor da sociedade democrática, cujos humores se manifestam através dos meios de comunicação em tempo real, o que coloca, de forma imperativa, o desafio que consiste em definir quem representa o povo, afinal”.

Essas constatações levaram



Já em 2001, José Sarney priorizava a interação com a opinião pública

o Legislativo a criar outras alternativas de diálogo com o cidadão, sem a interferência da mídia comercial e do Executivo. A implantação das emissoras de TV legislativas foi o carro-chefe desse movimento, com a Lei da Cabodifusão, de 1995, que obrigou as operadoras de TV a cabo a cederem gratuitamente, nos seus pacotes básicos, canais individuais para o Senado e Câmara dos Deputados e compartilhados para assembleias e câmaras municipais.

A diretora da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados, Sueli Navarro, acredita que a tecnologia digital vai

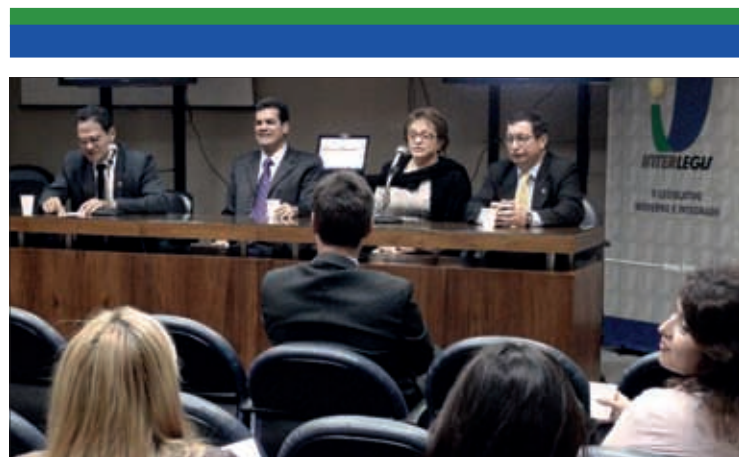
possibilitar que a população mais carente acompanhe a atuação parlamentar. Navarro destaca, também, que o cidadão poderá participar mais ativamente dos debates, opinando e até interferindo, por exemplo, nas audiências públicas, graças às ferramentas de interatividade, em tempo real, e à multiprogramação.

Segundo o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, o próximo passo é estimular o uso das redes sociais. Para ele, é importante responder abertamente às manifestações do cidadão.

Outras iniciativas de comunicação

Além da televisão, as casas legislativas investem em outras alternativas para aproximar o cidadão da atividade político-parlamentar. Um dos vários exemplos vem de Pouso Alegre (MG). Sem contar com uma concessão, a Câmara da cidade usa uma emissora de rádio para veicular o programa semanal *Em dia com o Legislativo*, que também pode ser acessado e baixado via internet.

O Interlegis participa desse esforço para melhorar a interlocução entre sociedade e atividade parlamentar. O programa abriga o sistema e estimula a participação de profissionais de todo o país no Grupo Interlegis de Comunicação (Gicom). Essa rede social virtual discute e propõe soluções práticas para problemas em comum, que podem ser utilizadas por toda a comunidade legislativa.



Vereadores e servidores municipais trocaram experiências na Bahia

Encontro Interlegis de comunicação legislativa

O primeiro encontro aconteceu entre os dias 29 a 31 de agosto, em Salvador, e possibilitou uma rica troca de experiências com vereadores e profissionais que trabalham na área de divulgação das atividades de oito câmaras baianas, que já fazem parte do Projeto de Modernização Legislativa: Irecê, Feira de Santana, Salvador, Luís Eduardo Magalhães, Teixeira de Freitas, Guanambi e Utinga.

Comunicadores do Interlegis fizeram palestras sobre comunicação integrada, cerimonial no ambiente legislativo, jornalismo legislativo, regulamentação da

mídia legislativa, assessoria de imprensa, comunicação interna, publicidade institucional e organização de eventos. A organização contou com a parceria do parlamento baiano, na figura de Armando Velloso Viana Filho, diretor de informática da Assembleia Legislativa da Bahia.

O assessor-chefe de comunicação da Câmara de Salvador, Osvaldo Lyra, ressaltou o trabalho da TV da Casa, por enquanto somente via internet. Houve espaço, ainda, para um atendimento personalizado, quando o representante de cada câmara pôde sanar dúvidas.

Conselho busca gestão republicana

Carlos Scomazzon, jornalista da Câmara de Porto Alegre, avalia que as mídias legislativas são muito mal utilizadas pelos parlamentares. “Ainda prevalece a mentalidade de aproveitamento das mídias como espaço de propaganda pessoal do parlamentar, mas a legitimidade do mandato não dá carta branca a parlamentares para agirem como donos das mídias legislativas, veículos que devem se pautar pelo interesse público”, diz.

Para Carlos Monteiro, autor do livro *Para que serve a TV Legislativa no Brasil e no mundo*, os parlamentares, principalmente os vereadores, desconhecem o potencial dos veículos legislativos. Para o professor, eles são subutilizados ou trabalhados de forma equivocada. Países como Canadá e Alemanha administram suas emissoras públicas, com sucesso, no sistema de conselhos tripartites, com parlamentares, servidores e a própria comunidade, lembra.

Numa iniciativa inédita no



Carlos Peixoto, de Taubaté: conselho foi bandeira eleitoral

Brasil, em 2009, a Câmara Municipal de Taubaté (SP) criou um conselho para assegurar a participação social na definição dos rumos da sua emissora. Trata-se da primeira casa legislativa brasileira a contar com esse tipo de colegiado composto por um vereador, três servidores e cinco representantes da sociedade civil. O conselho foi a principal bandeira do vereador Carlos Peixoto, que atualmente dirige os trabalhos do grupo. Ele comemora o fato de o conselho ser a garantia de uma emissora pública independente, possibilitando que o cidadão possa, inclusive, sugerir pautas.

Eleição municipal: 2012 já começou

Prazo para candidatos nas cidades se filiarem a partidos acaba no mês que vem

A votação acontece em 7 de outubro de 2012, mas exatamente um ano antes acaba o prazo para partidos obterem registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e para candidatos se filiarem às legendas pelas quais disputarão os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador nos 5.564 municípios brasileiros.

Se os candidatos devem estar atentos ao calendário, o eleitor também deve se preocupar com as regras e, sobretudo, com suas escolhas, para que elas produzam colegiados cada vez mais representativos, eficientes e transparentes.



Os eleitores vão votar para prefeito e vereador nos 5.564 municípios brasileiros em 7 de outubro de 2012

Essas regras podem ser definidas até o dia 5 de março do próximo ano, mas o TSE pretende aprová-las ainda em 2011. A norma geral já está definida pela Resolução 23.341, que pode ser consultada no site do TSE (www.tse.jus.br). Ali se determina, por exemplo, que as

convenções para escolha dos candidatos devem ocorrer entre 10 e 30 de junho. No dia 10 do mesmo mês, deve ser fixado o limite de gastos de campanha.

O dia 5 de julho é a data limite para partidos e coligações registrarem seus candidatos e, no dia seguinte, fica liberada a

propaganda eleitoral – na internet, em carros de som ou em comícios. No rádio e na televisão, a propaganda eleitoral gratuita só começa no dia 21 de agosto e se estende até 4 de outubro.

O último dia para os candidatos escolhidos em convenção requererem seus registros é 10

de julho. Oito dias depois, acaba o prazo para impugnações, cujo julgamento vai até 5 de agosto. No dia 6, partidos, coligações e candidatos são obrigados a divulgar, pela internet, relatório sobre os recursos que tenham recebido para financiar a campanha, devendo repetir o mesmo procedimento no mês seguinte.

Quinze dias antes do pleito, ou seja, 22 de setembro, nenhum candidato pode mais ser preso, a não ser em flagrante. O dia 4 de outubro, três antes da votação é o último para propaganda eleitoral gratuita, reuniões públicas, comícios e debates no rádio e na televisão.

A sexta-feira antes da eleição é o último dia para divulgação de propaganda paga em jornais e na internet. No sábado, porém, há a possibilidade de utilização de carros de som, carreatas, caminhadas e distribuição de material gráfico. A diplomação dos eleitos deverá acontecer até 19 de dezembro.

Aumento do número de vereadores gera polêmica e campanha

A Emenda Constitucional 58/09 alterou a composição das câmaras municipais, estabelecendo uma variação de nove vereadores para municípios com até 15 mil habitantes, e até 55 vereadores para cidades com mais de 8 milhões de habitantes.

Por conta da mudança, instalou-se muita discussão sobre a possibilidade de se elevar o número de vereadores das casas legislativas. A lei não impõe o aumento. Ela coloca o limite máximo, proporcional à população. Cabe a cada câmara a decisão, como também fica a seu critério submetê-la ou não à consulta pública.

Em Maringá (PR), o debate tomou as ruas, com distribuição de adesivos contra o aumento feita por voluntários de diversas entidades. Na



Em sessão na terça, dia 13, câmara de Maringá rejeita proposta de aumentar o número de vereadores: campanhas a favor e contra as mudanças

terça-feira, a proposta de aumentar de 15 para 21 o número de vereadores foi rejeitada pela câmara. Em Londrina (PR), o movimento é parecido, incluindo a ideia de diminuir o número de vereadores.

Em Marília (SP), o aumento de 13 para 21 já foi aprovado. No Espírito Santo, três cidades já aprovaram o aumento. No caso de Cachoeiro do Itapemirim, houve um aumento de quase 50% – de 13 para 19

cadeiras.

Maceió, capital alagoana, aprovou o aumento de dez vagas em sessões muito acaloradas, mas seis vereadores – entre eles, a ex-senadora Heloísa Helena – contestam a

medida. Fortaleza foi na mesma direção, mas passará apenas de 41 para 43 vereadores.

Estes são apenas exemplos. Outras votações devem ocorrer brevemente em várias cidades.

Saiba Mais

Emenda Constitucional 58/09

► novos limites para número de vereadores

Lei Complementar 135/10 (Ficha Limpa)

► alterou Lei das Inelegibilidades de 1990

Lei Complementar 131/09

► Lei da Responsabilidade Fiscal

Resolução 23.341/11 do TSE

► estabeleceu o calendário eleitoral de 2012.

Leia íntegras em www.senado.gov.br e www.tse.jus.br

Ficha Limpa: falta decisão do STF

Vários municípios estão discutindo a possibilidade de adotar medidas semelhantes à Lei da Ficha Limpa federal nas eleições municipais ou nas administrações locais.

Uma lei local, no entanto, não pode sobrepor-se à legislação nacional, no caso, a Lei Complementar 64/90, que trata das inelegibilidades, modificada pela Lei Complementar 135/10, a chamada Lei da Ficha Limpa.

Por isso, as decisões terão de esperar por um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, que ainda analisa a validade da iniciativa para a eleição de 2012.

Em entrevista recente, o presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, disse esperar uma definição rápida do STF. Lembrou que “a Justiça Eleitoral já considerou a lei constitucional, para moralizar os costumes políticos”, e que, de qualquer

maneira, o TSE vai oferecer todas as informações possíveis sobre os candidatos em seu portal na internet.

A adoção dos critérios adotados na Lei da Ficha Limpa para cargos públicos executivos ou legislativos, debatida em inúmeras câmaras, independe da decisão do STF. Pode, portanto, ser apenas uma decisão local, como já vem ocorrendo em alguns municípios.